

CPI-
Orçamento

Ladrões da Pátria

Jota Alcides

Editor-Chefe

Da mesma forma como os brasileiros, ofendidos e indignados, exigiram e conseguiram mudança e postura ética na Presidência da República, extirpando do Palácio do Planalto o esquema de corrupção comandado pelo empresário Paulo César Farias, agora, novamente ofendidos e indignados, estão exigindo mudança e postura ética no Congresso Nacional. Não pode o Congresso brasileiro permanecer o mesmo depois dessa CPI sobre corrupção no Orçamento, que tem revelado gigantesco escândalo de insensatez e despudor verdadeiramente humilhante para a Nação já tão abalada e sofrida com as tensões de grave e prolongada crise econômica e social.

Obviamente, deve-se rejeitar, consciente e prudentemente, a perigosa e injusta generalização. O Congresso não é o lugar de tram-polineiros, pícaros, picaretas, patifes, vigaristas, oportunistas, estelionatários e arrombadores dos cofres públicos. É um templo da democracia que precisa ser preservado e respeitado, portanto, sem espaço para crápulas. Felizmente, para o Brasil, há no Congresso muitos homens sérios, responsáveis, patriotas e honrados. Como milhões de brasileiros, estes também estão sofrendo nos dias atuais com o estrago causado ao Legislativo pelas práticas nefastas de alguns parlamentares desonestos.

Entretanto, deve-se reconhecer que o escândalo do Orçamento, pela sua amplitude, deixou o Congresso sob suspeita e com sua legitimidade afetada. Uma prova dessa infeliz circunstância é o ceticismo da maioria dos brasileiros, como refletem as pesquisas de opinião pública, quanto aos resultados da CPI. Os abomináveis desvios de dinheiro público, em somas dolarizadas astronômicas, por deputados inescrupulosos que agora se apresentam desmemoriados, mentindo deslavadamente, como num teatro de farsantes,

está provocando revolta crescente entre os brasileiros. Ao sentimento de perplexidade, pela ousadia do volumoso roubo de verbas públicas destinadas originalmente ao atendimento da população mais carente e necessitada, junta-se o sentimento de repulsa pelo cinismo dos depoentes acusados que abusam de imunidades e ainda querem o tratamento de "nobres" e "excelências".

É histórico e decisivo para completa higienização da vida pública brasileira o papel que tem o Congresso a cumprir neste momento. Além de procurar garantir a sua própria sobrevivência, como instituição democrática, o Congresso precisa agir, corajosamente, para restaurar a dignidade da Nação atingida e a dignidade dos cidadãos traumatizados. Uma eficiente intervenção contra corruptos e corruptores não depende apenas do Congresso. Mas, cabe ao Congresso, fazendo cortes dolorosos em seu próprio organismo, marcar o início dessa intervenção necessária e inadiável.

Faça-se justiça. Este é o anseio maior dos brasileiros, esperando do Legislativo e do Judiciário decisões firmes e severas correspondentes ao tamanho do escândalo. Os parlamentares corruptos, que não tiveram o menor respeito aos mandatos de representação popular e fizeram orgias com o dinheiro do povo, devem ser punidos com cassação dos direitos políticos, confisco de bens e prisão. Se ladrões comuns merecem o xadrez, no caso de parlamentares a punição deve até ser mais drástica porque traíram o povo e roubaram o dinheiro da Nação.

Decididamente, o Congresso precisa ficar livre desses parlamentares corruptos que movimentaram, ocultamente, mais de cem milhões de dólares do Orçamento da União em benefício próprio ou para enriquecimento de suas famílias, enquanto milhões de brasileiros estão na miséria, sem terra, sem teto e sem pão. Repudiados pela Nação, eles devem ser exemplarmente banidos da vida pública pelo crime contra a Pátria.

CORREIO
BRASIL
15-NOV-1993